



Fátima Baronet

Diretora interina, Direção Nacional de Registos e Notariado
Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos
República de Moçambique

Para expandir os serviços de registo civil

Sob a direção de Fátima Baronet na Direção Nacional de Registos e Notariado, as melhorias no registo civil de Moçambique ganharam força.

Fátima Baronet, diretora interina da Direção Nacional de Registos e Notariado, sabe a importância de uma certidão de nascimento, algo que moldou a sua vida. Como uma das poucas pessoas registradas em Moçambique após a independência, a certidão lhe deu o direito de frequentar uma das poucas escolas públicas do país, um privilégio negado à maioria da população.

Baronet pertencia à classe dos moçambicanos *assimilados*, um status concedido à sua família, visto que seu pai era funcionário público antes da independência. Somente os colonizadores portugueses e os *assimilados* tinham o direito à identificação e à certidão de nascimento.

A certidão de nascimento se tornou universal após a independência em 1975, mas 16 anos de guerra civil e frequentes desastres naturais causaram o abandono de um grande contingente de profissionais qualificados, a perda e a deterioração dos arquivos de registo e deslocamentos internos. E, apesar de o governo já ter introduzido programas para aprimorar os sistemas de registo civil, grande parte da população de Moçambique ainda não é registrada.

Esse é o cenário que Baronet deseja mudar.

Uma vasta carreira

Nascida na Ilha do Ibo, na província de Cabo Delgado, Baronet sempre foi incentivada aos estudos pelos pais e pela avó, após a morte de sua mãe quando tinha oito anos de idade. Após concluir o ensino médio em Maputo, ela se matriculou na faculdade de professores, mas não por opção: o governo ordenava o que e onde os moçambicanos deveriam estudar. Durante o período obrigatório de quatro anos de magistério, após se qualificar como professora de ensino médio, ela conquistou uma oportunidade de trabalho no Ministério dos Transportes e, mais tarde, tornou-se comissária de bordo.

Em 2001, ela teve o seu primeiro contato com registo civil através dos seus estudos na área de direito no Instituto Superior de Ciências e Tecnologia de Moçambique. Baronet entrou para o Ministério da Justiça em 2006 como advogada e escritã/notária.

Em 2015, tornou-se vice-diretora da Direção de Registos e Notariado e, desde abril de 2021, atua como diretora nacional interina. No cargo atual, ela coordena todos os notários e escrivães civis e assessora o Ministério da Justiça e o Conselho de Ministros em assuntos relacionados a notários e escrivães no país. Segundo Baronet, "Essa não é uma função do serviço público. Os profissionais



são indicados de acordo com a integridade, o profissionalismo, a capacidade técnica e a credibilidade”, bem como as contribuições em apoio ao registo civil.

Expansão dos serviços

Baronet também é responsável pela ampliação dos serviços de registo civil. Em 2018, o governo de Moçambique aprovou um novo Código de Registo Civil que permite, dentre outras medidas, a notificação de nascimentos de crianças sem fornecer o nome delas e o registo de casamentos tradicionais e religiosos pela primeira vez. De acordo com o novo código, o sistema de Registo Civil e Estatísticas Vitais (RCEV) de Moçambique passa a incluir o uso de tecnologias da informação para integrar sistemas de registo civil e informações de saúde, bem como mensagens SMS por líderes de comunidades e equipes de assistência médica para comunicar nascimentos e óbitos às autoridades de registo civil. Pela primeira vez, o sistema começou a atribuir um número de identificação nacional exclusivo para recém-nascidos, melhorando os dados estatísticos e de identidade.

Em outubro de 2018, a plataforma e-RCEV registou nascimentos e óbitos e processou certificados eletronicamente em 74 cartórios e 120 postos de registo por todo o país. Até meados de 2021, 254 das mais de 500 agências de registo civil de Moçambique passaram a adotar a plataforma, incluindo unidades de assistência médica.

Os benefícios do registo eletrônico já são visíveis na província de Cabo Delgado, onde o conflito armado fez com que “mais de 300 mil pessoas perdessem suas certidões de nascimento devido ao deslocamento forçado”, afirma Baronet. E, apesar da vandalização e destruição dos cartórios, a informatização permitiu a recuperação de registros desde 2017. Em dezembro de 2020, o Ministério da Justiça iniciou uma campanha para fornecer novas certidões para os desalojados.

O avanço é lento nas áreas rurais, onde a maior parte da população não vê necessidade de certidões de nascimento. “Eles se registram conforme o necessário, como aos seis anos de idade, porque a certidão é obrigatória para a matrícula escolar.” O gabinete de Baronet já realizou diversas campanhas para conscientizar a população, especialmente ao expandir para as áreas rurais, o que contribuiu

“Quero um sistema que seja funcional, eficiente, e acessível a todo o país; um que é inclusiva e pode captar todos os eventos da vida.”

para um aumento na cobertura de certidões de nascimento.

Prestação de serviços

O trabalho diário de Baronet inclui gerenciar recursos humanos e garantir o treinamento, os materiais e os equipamentos necessários de que a equipe necessita para atender à população. “Eles têm capacidade para fornecer esses serviços? Eles têm o know-how técnico para lidar com a clientela?”, pergunta.

A coordenação com os demais setores é essencial, pois, segundo Baronet, “os cargos do governo não podem funcionar em isolamento.” Os ministérios da justiça, da saúde, da administração e função pública e do interior, bem como o Instituto Nacional de Estatística, a Universidade Eduardo Mondlane, a UNICEF e o alto comissário para refugiados da ONU contribuíram para as melhorias de RCEV no país.

O que motiva Baronet é o escopo das responsabilidades realizadas pela sua diretoria. “Nosso departamento cuida dos registros de todos os aspectos relacionados à vida de uma pessoa. Quando alguém nasce, emitimos uma certidão de nascimento. O registo de empresas, automóveis e até mesmo de casamentos estão sob nossa jurisdição.” Ela tem orgulho de seu trabalho: “Todas as pessoas que entram na agência de registo civil e são atendidas saem satisfeitas.”

“No melhor dos casos”, conclui Baronet, “quero um sistema que seja não apenas funcional, eficaz e acessível para todo o país, mas também inclusivo e capaz de registrar todos os eventos da vida.” Ela também acrescenta à sua lista de desejos um banco de dados interoperável para integrar todos os registros e oferecer estatísticas vitais. ■

Saiba mais sobre RCEV em Moçambique:

Leia o [perfil do país](#) ou um [resumo técnico sobre a manutenção dos registros civis durante a pandemia da COVID-19](#).